



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000025.09.01-2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026/PMMN/RO

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Monte Negro, Estado de Rondônia, através do Agente de Contratação, no exercício das suas atribuições designado por meio da Portaria nº 564, de 22 de maio de 2025, em atendimento às disposições legais vigentes, bem como as condições deste ato convocatório, torna público que receberá a solicitação de credenciamento, com documentação dos interessados que pretendam participar deste Chamamento Público, objetivando o **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL CABELEIREIRO PARA ATENDIMENTO GRATUITO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**, nos termos da Lei Municipal nº 1.820/2025, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, em conformidade com o Artigo 79, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024, Lei Municipal nº 1.559/2024 e demais normas vigentes aplicáveis, nos termos e condições estabelecidas no presente Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste edital o credenciamento contínuo de pessoas jurídicas, visando à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL CABELEIREIRO PARA ATENDIMENTO GRATUITO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**, nos termos da Lei Municipal nº 1.820/2025, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, no município de Monte Negro – RO.

1.2. Do valor:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Credenciamento de profissional cabeleireiro para a execução do serviço de corte de cabelo simples, masculino e feminino, incluindo, quando aplicável, aparo de barba simples, bem como a higienização básica dos cabelos, mediante lavagem simples. o serviço será prestado sem a realização de procedimentos químicos, colorações, alisamentos, alongamentos, mechas, luzes, barbearia artística, design de barba ou quaisquer outros serviços estéticos não previstos, tais como hidratação, reconstrução, escova, prancha, modelagem ou finalizações.	720	Serviços	R\$ 28,33	R\$ 20.397,60

Valor total estimado para o presente processo R\$ 20.397,60 (Vinte mil, trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), o montante poderá ser acrescido durante a vigência do presente edital, caso haja aporte de novos recursos, preservando-se, contudo, o valor unitário do serviço/atendimento contratado (seja o valor inicial ou o valor reajustado, quando cabível).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão aderir ao credenciamento, as Pessoas Jurídicas que atenderem às condições de participação e habilitação estabelecidas neste edital.
- 2.2. A participação no credenciamento implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital, bem como na observância dos regulamentos, normas e disposições legais pertinentes.
- 2.3. Não será aceita a participação de Pessoa Jurídica:
- 2.4. Que tiver sido declarada inidônea ou suspensa para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 2.5. Que estiver sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação e empresas estrangeiras que não funcionem no país. Em consórcio de proponentes.
- 2.6. Que estiver cumprindo penalidades impostas pela Administração Pública, e demais casos previstos na legislação que rege este processo.

3. DA ENTREGA/ ENVIO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

- 3.1. Os documentos de “Credenciamento” da pessoa jurídica interessada em participar deste credenciamento deverão ser protocolados ou enviados via e-mail para o seguinte endereço: credenciamento@montenegro.ro.gov.br **perfeitamente legíveis, preferencialmente em arquivo único**, devendo constar no assunto do e-mail: “**CREDENCIAMENTO 0x/2026/PMMN/RO**”, a qualquer tempo dentro da vigência do edital.
- 3.2. O edital estará vigente por período indeterminado, porém devido a necessidade da SEMDES, a primeira etapa de contratação seguirá a ordem descrita no cronograma previsto no ANEXO IV, até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.
- 3.3. Os interessados deverão apresentar os **documentos de habilitação se dará em uma única etapa com envio de 01 (um) anexo contendo todos os documentos relacionados no item 04 deste edital**, diretamente via e-mail da Comissão de Processo de Credenciamento credenciamento@montenegro.ro.gov.br.
- 3.4. Este Edital poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e oportunidade da administração.
- 3.5. A revogação ou anulação deste Edital dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.
- 3.6. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. Enquanto estiver vigente o Edital, fica permitido o credenciamento, à qualquer tempo, por qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas, sendo classificado em após o último colocado e assim sucessivamente.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

- 4.1. A contratação deverá ser realizada com **Pessoa Jurídica**, admitindo-se **Microempreendedor Individual (MEI), Empresário Individual (EI), Sociedade Empresária e Sociedade Simples**, desde que possuam **CNPJ ativo e atividade econômica compatível com serviços de profissional cabeleireiro**. Para fins de habilitação jurídica, o interessado deverá apresentar o respectivo ato constitutivo/registo conforme sua natureza jurídica, tais como:
 - a) Cartão do CNPJ com comprovante de situação cadastral ativa;
 - b) Ato constitutivo, conforme a natureza jurídica:

I. MEI (Microempreendedor Individual): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

- II. Empresário Individual (EI): Requerimento de Empresário com registro na Junta Comercial;
III. Sociedade Empresária: Contrato Social e suas alterações, ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial;
IV. Sociedade Simples: Contrato Social e suas alterações, registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Observação: Caso a empresa seja representada por procurador deverá encaminhar a Procuração, Documentos do procurador e a procuração deve ter os poderes necessários.

c) Documento de identificação do(s) sócio(s) ou representante legal.

4.2. Documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão Conjunta PGFN/RFB, abrangendo tributos federais e contribuições previdenciárias);
b) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
c) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011);
e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, quando aplicável.
f) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Observações:

- 1) Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa.
2) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

4.3. Documentos de Qualificação Técnica:

a) Comprovação de que o responsável (sócio, titular ou profissional vinculado) possui formação profissional como cabeleireiro, mediante:

- I. Certificado de curso profissionalizante na área;
II. Diploma ou certificado de curso técnico em estética capilar ou similar;
III. Declaração de conclusão de curso emitida por instituição de ensino profissionalizante;
IV. Outro documento idôneo que comprove a qualificação profissional.

b) Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na execução de serviços de cabeleireiro, em nome da empresa ou do responsável técnico, mediante:

- I. Notas fiscais de serviços prestados;
II. Contratos de prestação de serviços;
III. Ordens de serviço executadas;
III. Portfólio com registros de trabalhos realizados;
IV. Outro documento idôneo equivalente.

c) Declaração Conjunta conforme anexo III.

5. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 5.1. A Comissão de Licitação analisará e avaliará a documentação dos interessados para fins de credenciamento, conforme cronograma em anexo e publicará no portal transparência, após homologação do certame será feito a convocação dos considerados habilitados para fins de celebração do termo de contrato.
5.2. Admitir-se-á a correção de falhas relativas aos documentos de habilitação, porém ao reenviar o e-mail será considerado aquele dia e horário para o credenciamento.
5.3. Os interessados considerados não habilitados, por não atenderem os requisitos exigidos no presente Edital de convocação, poderão interpor recurso no prazo conforme cronograma.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

- 5.4. Serão considerados credenciados todos os requerentes que atenderem as condições fixadas neste edital.
- 5.5. O resultado do credenciamento será publicado no Portal Transparência do Município. As decisões da Comissão serão registradas em atas, que serão publicadas no portal transparência do município.
- 5.6. Os serviços a serem prestados serão de acordo com as necessidades apresentadas pela Secretaria Municipal SEMDES, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital, correndo por conta da CONTRATADA as despesas com transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.
- 5.7. A prestação dos serviços deverá ser realizada exclusivamente no local indicado pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, nas dependências do Município de Monte Negro/RO. Os profissionais contratados devem atender os pacientes conforme agendamento prévio/demanda e estar disponíveis para realizar os serviços conforme demanda e necessidade da comunidade.
- 5.8. Auditoria: Todos os prestadores contratados estarão sujeitos à auditoria pela Secretaria Municipal SEMDES durante a vigência do contrato. A auditoria será realizada periodicamente para garantir a qualidade e adequação dos serviços prestados, bem como para verificar o cumprimento dos termos estabelecidos no contrato e legislação pertinente.
- 5.9. Registro e Apresentação da Produção: A produção dos serviços prestados pelos profissionais contratados deverá ser registrada de forma detalhada e apresentada à Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, mensalmente, em formato digital ou físico conforme orientação fornecida pela Secretaria.

6. DESCRIÇÕES DAS ESPECIFICAÇÕES

- 6.1. Independentemente do número de credenciados, a escolha do credenciado para determinado fornecimento de obedecerá a ordem de classificação que será definida de acordo com o **pedido de credenciamento com a documentação regular**.
- 6.2. Na hipótese de mais de um credenciado a administração poderá convocar o próximo classificado de acordo com a necessidade da administração.
- 6.3. A classificação final dar-se-á pela ordem de entrega de documentação, e seguindo os critérios:
- 6.4. Por ordem de recebimento da documentação de habilitação validada de cada empresa interessada;
- 6.5. Cada profissional que seja apresentado como prestador pelas empresas interessadas, será avaliado quanto a sua documentação pessoal obrigatória de forma individual, devendo cumprir minimamente os requisitos da alínea “b” do item 4.2.
- 6.6. A classificação não gera obrigação ou expectativa de contratação, a qual será conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, dentro dos limites da tabela.
- 6.7. Durante o processo de credenciamento que permanecerá aberto após o cronograma estipulado no anexo IV, as demais empresas interessadas na prestação do serviço, serão adicionadas ao final da lista classificatória anterior, em ordem de apresentação de profissionais priorizados, desde que cumpram com os requisitos de habilitação.
- 6.8. A convocação de profissionais, e divisão de horas mensais entre os profissionais / empresas habilitadas fica a cargo exclusivo da secretaria SEMDES, conforme necessidade dos serviços.
- 6.9. Os contratos serão efetivados por empresa habilitada, independente de quantos profissionais ela apresente no seu processo de habilitação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto do contrato, em cada uma de suas parcelas, será recebido de acordo com o estabelecido a seguir:

7.1.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

7.1.2. Até último dia útil de cada mês o CONTRATADO deverá apresentar relatório dos serviços prestados ao CONTRATANTE, contendo os quantitativos e os seus respectivos valores, conforme estabelecido previamente no Termo de Referência, acompanhado de autorização emitida e assinada pela Secretária Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social.

7.1.3. O CONTRATANTE solicitará ao CONTRATADO, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação, objetivando a emissão da fatura.

7.1.4. No que tange a prestação de serviços, serão considerados somente os quantitativos de efetivamente prestados e apurados no período considerado.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

8.1. Executar o objeto em conformidade com este Termo de Referência, o edital de credenciamento e instrumentos correlatos, sem subcontratação, cessão ou transferência do objeto.

8.2. Prestar os atendimentos de acordo com o escopo padronizado: corte de cabelo simples (unissex), incluindo, quando aplicável, aparo de barba simples e lavagem simples para higienização básica, observadas as vedações de procedimentos químicos e serviços estéticos não previstos.

8.3. Disponibilizar, às suas custas, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução (ex.: tesouras, pentes, capas, máquinas, lâminas descartáveis, borrifadores e demais utensílios de uso profissional).

8.4. Observar boas práticas de higiene e biossegurança, incluindo limpeza/esterilização de instrumentos, uso de itens descartáveis quando cabível e descarte adequado de resíduos, conforme normas sanitárias aplicáveis.

8.5. Atender prontamente às solicitações e orientações da Administração inerentes ao objeto, inclusive quanto a registros mínimos, relatórios e controles de execução.

8.6. Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES e o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, os motivos que impossibilitem o cumprimento da agenda/cronograma pactuado, para reprogramação e/ou convocação de outro credenciado.

8.7. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, preservando as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, apresentando comprovações quando solicitadas.

8.8. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos decorrentes da execução (tributos, encargos fiscais, deslocamento, materiais, insumos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir).

8.9. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução que possa comprometer o serviço ou o atendimento ao público.

8.10. Responder integralmente por danos, perdas e prejuízos que causar à Administração ou a terceiros, por ação ou omissão, dolo ou culpa, sua ou de seus prepostos, bem como por eventuais ocorrências/acidentes decorrentes da execução do serviço.

8.11. Caso a execução ocorra em unidade pública, zelar pelos equipamentos, mobiliários e instalações disponibilizados pelo Município, respondendo por dano comprovadamente causado por uso inadequado ou negligência.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

8.12. Emitir Nota Fiscal com o CNPJ e descrição do serviço idêntica à prevista neste Termo de Referência e na Nota de Empenho, indicando dados bancários para pagamento, bem como informar alíquotas/isenções e apresentar declarações exigíveis, quando cabível, conforme legislação vigente.

8.13. É expressamente vedada qualquer cobrança, direta ou indireta, dos serviços aos usuários atendidos, sob qualquer justificativa, título ou pretexto.

9. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

9.1. Prestar informações e esclarecimentos necessários ao desempenho da execução, definindo agendas, locais e fluxos de atendimento, inclusive critérios operacionais de acesso/encaminhamento do público-alvo.

9.2. Empenhar os recursos necessários e efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, conforme este Termo de Referência e a ordem cronológica das exigibilidades, quando aplicável.

9.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, registrando ocorrências e adotando as medidas cabíveis.

9.4. Notificar previamente o credenciado/contratado quando da apuração de ocorrências e eventual aplicação de sanções administrativas, assegurando contraditório e ampla defesa.

9.5. Providenciar o atesto dos serviços, com base nos registros de execução, e manter os controles necessários para rastreabilidade e conformidade do pagamento.

9.6. Reter os tributos incidentes, quando cabível, nos termos da legislação vigente.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO:

10.1. Em conformidade com Art. 164 da Lei 14.133/2021. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data estipulada para o início envio dos documentos de solicitação de credenciamento via e-mail.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, deverão ser enviados à Comissão exclusivamente via e-mail: credenciamento@montenegro.ro.gov.br no horário das 07h30min. às 13h30min. de segunda-feira a sexta-feira, devendo o interessado mencionar o número do Edital, o ano e o número do processo de credenciamento.

10.3. Caberá ao Agente de Contratação, receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital e anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

10.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do credenciamento.

10.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão nos autos do processo de licitação.

10.5. Do recurso: Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

a) O interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, contado da data de publicação da decisão.

b) O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

c) A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

11. DA VIGÊNCIA

11.1. O edital estará vigente por período indeterminado, porém devido a necessidade da SEMDES, a primeira etapa de contratação seguirá a ordem descrita no cronograma previsto no ANEXO IV, visando as contratações imediatas para suprir a necessidade, aceitando então novos pedidos de credenciamento fora do cronograma até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.

11.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de publicação deste edital, a prestação de serviços iniciará a partir da data de assinatura do Termo de contrato, podendo ser prorrogado, tanto o credenciamento quanto o termo de contrato a critério da administração nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização será exercida por servidor, formalmente designado para o acompanhamento da execução das aulas, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

12.2. Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

12.2.1. Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

12.2.2. Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto do CREDENCIADO as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

12.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

12.4. Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

12.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela credenciada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;

12.6. A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Após a execução do serviço, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidadas, observando -se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

13.2. A Secretaria solicitante efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação abaixo elencadas, para verificar se contratada mantém todas as condições jurídicas que a habilitaram no certame, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa:

a) Nota fiscal;

b) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);

c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

13.3. As certidões elencadas nas alíneas "c" a " e " serão aceitas se apresentadas na forma "positiva com efeito negativa".

13.4. As Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 2 (duas) vias, devem conter no corpo delas a descrição dos serviços, o número do empenho e o número da Conta Bancária da Contratada para pagamento.

13.5. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.

13.6. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

Órgão 04.000 Assistência Social

Unidade 04.001 Fundo Municipal De Assistência Social

Funcional 8.122.12 Programa Gestão Integrada de Apoio – SEMDES

Projeto/atividade 2073 Gestão Administrativa do Fundo Mun. de Assistência Social

Nº da Despesa 330

Natureza de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica

Recurso 1.500.0000.0000 Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos

15. DAS PENALIDADES

15.1. O CREDENCIADO total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 a saber:

15.1.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço; Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

15.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por ausência injustificada ao cronograma previamente confirmado, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

15.1.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízos para o ente público CREDENCIANTE;

15.1.4. Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante descredenciamento no SICAF, por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

15.1.4.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

15.1.4.2. Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

15.1.4.3. Não mantiver a proposta;

15.1.4.4. Falhar gravemente na execução do contrato;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

15.1.4.5. Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

15.1.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 2 anos e, no máximo, pelo prazo de até 5 anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

15.1.4.6.1. Apresentar documentação falsa exigida no certame;

15.1.4.6.2. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.4.6.3. Cometer fraude fiscal;

15.1.4.6.4. Fraudar na execução do contrato.

15.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo;

15.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da entrega dos serviços, advir de caso fortuito ou motivo de força maior;

15.4. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 165, da Lei 14.133/2021;

15.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Monte Negro-RO, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e demais cominações legais.

16. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

16.1. O credenciado será convocado para assinatura do Termo de Credenciamento, que deverá ser feito no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

16.2. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. ESCLARECIMENTOS relativos ao presente Chamamento e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por e-mail credenciamento@montenegro.ro.gov.br ou telefone (69) 9 9944-5157, ao setor de Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, no horário das 07h30min às 13h30min em dias de expediente.

17.2. O Município, através da Comissão, na forma do disposto no § 2º do art. 59, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a instrução do processo relativo a este Credenciamento.

17.3. Dos anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Pedido de Credenciamento;

Anexo III – Declaração Conjunta

Anexo IV – Cronograma.

Anexo V – Minuta do Contrato;

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Ariquemes - RO, para dirimir questões que porventura se originem do presente TERMO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Monte Negro/RO, 24 de fevereiro de 2026.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

Minuta de Edital elaborado por:

Shayenne Mito Bucarth
Analista Em Elaboração De Editais
Portaria Nº 315/2025

Agente de Contratação designado (a)

André Luis Trevizan
Agente de Contratação
Portaria nº 564/2025





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

Anexo I – Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS DE PROFISSIONAL CABELEIREIRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000025.09.01-2026

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES

UNIDADE DE APOIO: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

OBJETO: Prestação de serviços de profissional cabeleireiro para atendimento gratuito a pessoas em situação de vulnerabilidade social, nos termos da Lei Municipal nº 1.820/2025.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade atender ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no art. 52 da Lei Municipal nº 1.559, de 11 de abril de 2024, disciplinando as condições e especificações para a contratação, por credenciamento público, de **SERVIÇOS DE PROFISSIONAL CABELEIREIRO** no Município de Monte Negro/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme documentos constantes nos autos do **Processo Administrativo nº 0000025.09.01-2026**.

1.2. A contratação visa viabilizar o atendimento gratuito previsto na **Lei Municipal nº 1.820, de 28 de agosto de 2025**, destinado à população em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua e cadastrada em programas sociais do Município.

2. ESTIMATIVA DO VALOR E DESCRIÇÃO

2.1. A estimativa do valor foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada presencialmente (in loco), mediante coleta de 3 (três) cotações junto a profissionais/estabelecimentos locais, com descrição padronizada do serviço, assegurando comparabilidade e aderência aos preços efetivamente praticados no mercado municipal.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EM CUMPRIMENTO À LEI MUNICIPAL Nº 1.820, DE 28 DE AGOSTO DE 2025, O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL CABELEIREIRO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CORTE DE CABELO SIMPLES, MASCULINO E FEMININO, INCLUINDO, QUANDO APLICÁVEL, APARO DE BARBA SIMPLES, BEM COMO A HIGIENIZAÇÃO BÁSICA DOS CABELOS, MEDIANTE LAVAGEM SIMPLES. O SERVIÇO SE-RÁ	720	SERVIÇOS	R\$ 28,33	R\$ 20.397,60





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

<p>PRESTADO SEM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS QUÍMICOS, COLORAÇÕES, ALISAMENTOS, ALONGA-MENTOS, MECHAS, LUZES, BARBEARIA ARTÍSTICA, DESIGN DE BARBA OU QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS ES-TÉTICOS NÃO PREVISTOS, TAIS COMO HIDRATAÇÃO, RECONSTRUÇÃO, ESCOVA, PRANCHA, MODELAGEM OU FINALIZAÇÕES. A EXECUÇÃO OCORRERÁ CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMDES, DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO, COM ESTIMATIVA DE REALIZA-ÇÃO DE ATÉ 60 (SESSENTA) ATENDIMENTOS MENSAIS E 720 (SETECENTOS E VINTE) ATENDIMENTOS ANUAIS, VISANDO ATENDER À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E AOS INTEGRANTES DOS PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS, BEM COMO APOIAR ATIVIDADES DE CARÁTER SOCIAL, CULTURAL E ESPORTIVO PROMOVIDAS E/OU APOIADAS PELA SEMDES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO.</p>				
--	--	--	--	--

2.2. O valor unitário de referência foi definido pelo **Cálculo Da Média Aritmética** simples dos valores unitários obtidos nas três cotações, resultando em **R\$ 28,33** (vinte e oito reais e trinta e três centavos) por atendimento.

2.2.1. Considerando a estimativa de até **60 (sessenta)** atendimentos mensais, o valor mensal estimado é de **R\$ 1.699,80** (mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta centavos). Considerando até **720** (setecentos e vinte) atendimentos anuais, o valor anual estimado é de **R\$ 20.397,60** (vinte mil, trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

2.2.2. Não há obrigação do Município em realizar a despesa no quantitativo mensal ou anual estimado. A execução e o pagamento ocorrerão conforme a demanda e o cronograma definidos pela Secretaria Municipal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo devido apenas o valor correspondente aos atendimentos efetivamente realizados e devidamente atestados. O **PREÇO UNITÁRIO É DE R\$ 28,33** (vinte e oito reais e trinta e três centavos) por atendimento.

2.2.3. A estimativa de até 60 (sessenta) atendimentos mensais foi definida com base em levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, considerando:

I – o número de usuários ativos cadastrados em programas sociais do Município e acompanhados pelo CRAS;

II – a capacidade operacional média informada pelos estabelecimentos consultados durante a pesquisa de preços realizada in loco junto a 03 (três) salões de cabeleireiro do Município;

III – a periodicidade estimada de atendimento por usuário (aproximadamente 1 atendimento a cada 1 meses por beneficiário).

2.3. Unidade de atendimento (medição e pagamento). Para fins de controle, registro e pagamento, considera-se 01 (um) atendimento a execução de 01 (um) corte de cabelo simples (unissex), incluindo, quando aplicável, aparo de barba simples, bem como lavagem simples para higienização básica, observadas as vedações previstas no item 6. neste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação tem por finalidade atender ao disposto na **Lei Municipal nº 1.820/2025**, que autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar profissional cabeleireiro para prestar atendimento gratuito à população em situação de vulnerabilidade social no Município de Monte Negro/RO.

3.2. Nos termos da referida lei, o serviço prestado busca: **(I)** Promover a dignidade e a valorização da autoestima das pessoas atendidas; **(II)** Contribuir para a higiene e apresentação pessoal da população vulnerável; **(III)** Atender usuários acolhidos por instituições públicas, como crianças, idosos e pessoas com deficiência; e **(IV)** Integrar ações de cidadania realizadas pelo Município, inclusive no âmbito de programas, projetos e ações acompanhadas/encaminhadas pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

3.3. A presente ação, coordenada no âmbito da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, alinha-se aos marcos técnicos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, especialmente à Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), à Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012) e à Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais), que orientam a organização e a oferta de ações de proteção social voltadas à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

4. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. A execução ocorrerá conforme demanda e programação da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, mediante ordem de serviço, após a emissão da Nota de Empenho.

4.2. O local de execução será definido pela Administração, conforme, podendo ocorrer: **(I)** no estabelecimento do credenciado; e/ou **(II)** em unidades públicas vinculadas à Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, quando a ação assim demandar.

- SEMDES – Avenida Marechal Candido Rondo nº 2701 Setor 01 Monte Negro/RO;
- CRAS – Rua Castelo Nº 2204 Setor 01 Monte Negro/RO;
- CCI – Rua Brasília Pereira Gomes nº s/n Setor 01 Monte Negro/RO;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

- ABRIGO LAR ESPERANÇA – Rua Justino Luís Ronconi nº 2169 Setor 01 Monte Negro/RO.

4.3. O cronograma de atendimentos (datas, horários e quantitativos) será definido previamente pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O credenciado deverá confirmar sua disponibilidade para a execução no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação. Em caso de impossibilidade de comparecimento ou de cumprimento do cronograma, deverá comunicar formalmente a Administração ou à unidade fiscalizadora designada com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, a fim de permitir a reprogramação dos atendimentos e/ou a convocação de outro credenciado, assegurando a continuidade do serviço.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação por credenciamento público (chamamento público) é admitida pela Lei Municipal nº 1.820/2025 e encontra fundamento no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, permitindo cadastramento permanente de interessados e contratações em condições padronizadas, com distribuição objetiva da demanda quando não for possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados.

Do Credenciamento

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

Regulamento

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

IV - comércio eletrônico: caso em que a Administração visa a contratar bens e serviços comuns padronizados ofertados no Sistema de Compras Expressas (Sicx). (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

§ 1º Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras: (Redação dada pela Lei nº 15.266, de 2025)

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

VII - na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, regulamento do Poder Executivo federal disporá sobre: (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

a) as condições de admissão e de permanência dos fornecedores, observado o disposto no art. 87 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

b) as regras para inclusão de bens e serviços e para formação e alteração dos preços; (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

c) os prazos e os métodos para entrega e recebimento dos bens e serviços; (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

d) as regras de instrução processual e de uso da plataforma; (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

e) as condições de pagamento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do recebimento do bem ou serviço; (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

f) as sanções aplicáveis ao responsável por infrações, observado o disposto nos arts. 155 a 163 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

§ 2º O Siscx poderá ser disponibilizado para os órgãos e entidades de que trata o caput do art. 1º desta Lei, para empresas públicas, para sociedades de economia mista e suas subsidiárias e para entidades privadas sem fins lucrativos. (Incluído pela Lei nº 15.266, de 2025)

5.2. Com a contratação, a Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, cumpre seu dever institucional com eficiência e eficácia, viabilizando a oferta de serviços gratuitos de profissional cabeleireiro ao público em situação de vulnerabilidade social, com padrões mínimos de qualidade, higiene e segurança.

5.3. A prestação do serviço contribui diretamente para a dignidade, a valorização da autoestima e a melhoria da apresentação pessoal das pessoas atendidas, reduzindo barreiras sociais e promovendo bem-estar. Além disso, quando articulada às ações da rede socioassistencial, a iniciativa fortalece a inclusão e favorece a participação dos usuários em atividades comunitárias, programas e projetos sociais.

5.4. Considerando os objetivos previstos na Lei Municipal nº 1.820/2025, por ampliar o acesso a um cuidado básico de caráter social destinado, prioritariamente, à população em situação de vulnerabilidade. A prestação do serviço busca: **(I)** promover a dignidade e a valorização da autoestima das pessoas atendidas; **(II)** contribuir para a higiene e a apresentação pessoal da população vulnerável; **(III)** atender usuários acolhidos por instituições públicas, como crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência; e **(IV)** integrar ações de cidadania realizadas pelo Município, inclusive no âmbito de programas, projetos e ações atendidos, acompanhados e encaminhados pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, abrangendo, quando cabível, população em situação de rua e pessoas cadastradas em programas sociais.

5.5. Assim, a Prefeitura Municipal de Monte Negro/RO, por meio da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, busca assegurar à população montenegrina em situação de vulnerabilidade social um atendimento gratuito essencial, que integra ações de cidadania e proteção social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o fortalecimento das políticas públicas socioassistenciais no Município.

6. VEDAÇÕES (SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS)

6.1. Os serviços de profissional cabeleireiro contratados no âmbito deste Termo de Referência compreendem apenas o serviço básico padronizado definido no item 2. não estando incluídos quaisquer procedimentos adicionais.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

6.2. O serviço será prestado sem a realização de: procedimentos químicos, colorações, alisamentos, alongamentos, mechas, luzes, barbearia artística, design de barba ou quaisquer outros serviços estéticos não previstos, tais como hidratação, reconstrução, escova, prancha, modelagem ou finalizações.

6.2.1 Ainda que solicitado pelo usuário, o credenciado deverá recusar a execução de serviços não previstos/vedados, limitando-se ao escopo do atendimento padronizado no item 2.

6.2.2. A realização de qualquer serviço vedado no item 6. configura descumprimento deste Termo de Referência e sujeita o credenciado às medidas cabíveis previstas, inclusive glosa do atendimento e aplicação de sanções, quando aplicável.

6.2.3. É expressamente vedado ao credenciado cobrar quaisquer valores dos usuários, sob qualquer justificativa, título ou pretexto, em razão do caráter gratuito do serviço.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. O objeto possui escopo padronizado e se materializa em um único item, executado de forma unitária por atendimento. Assim, o credenciamento será estruturado por item (por atendimento/corte), com pagamento por unidade efetivamente executada e devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

7.2. Por se tratar de serviço unitário e padronizado, não há parcelamento por itens distintos. A execução ocorrerá conforme demanda, podendo a Administração convocar um ou mais credenciados, conforme necessidade, sem prejuízo da unidade do objeto.

7.3. A estruturação do objeto por unidade de atendimento (item/corte) permite a adesão de múltiplos credenciados em igualdade de condições, assegurando:

I – a ampliação da rede de prestadores aptos a atender a demanda municipal;

II – a distribuição equitativa dos atendimentos entre os credenciados habilitados;

III – a continuidade do serviço em caso de indisponibilidade de um ou mais credenciados;

IV – o tratamento isonômico entre os interessados, em conformidade com o art. 79, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CRITÉRIOS DE CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA NO CREDENCIAMENTO

8.1. Havendo mais de um credenciado habilitado e apto à execução dos serviços de profissional cabeleireiro, a distribuição da demanda observará critérios objetivos, impessoais, isonômicos e registráveis, em conformidade com o art. 79, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com os arts. 204 a 206 da Lei Municipal nº 1.559/2024, assegurando isonomia, transparência, continuidade do serviço e rastreabilidade das convocações e execuções.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Viabilizar a oferta gratuita e contínua de serviços de profissional cabeleireiro à população em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua e/ou cadastrada em programas sociais do Município, mediante encaminhamento, triagem e organização realizados pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, com apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

9.2. Promover a dignidade humana, a valorização da autoestima e o fortalecimento da identidade pessoal dos usuários atendidos, contribuindo para sua inserção social e participação em atividades comunitárias.

9.3. Contribuir para a melhoria das condições de higiene e apresentação pessoal da população vulnerável, favorecendo o acesso a oportunidades de trabalho, educação e convivência social.

9.4. Integrar e fortalecer as ações de cidadania, proteção social e inclusão promovidas pelo Município, em articulação com programas, projetos e eventos sociais, culturais e esportivos desenvolvidos e/ou apoiados





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

9.5. Ampliar a rede de proteção social do Município, assegurando o atendimento de usuários acolhidos por instituições públicas, incluindo crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, em conformidade com os objetivos da Lei Municipal nº 1.820/2025.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

10.1.1. Elaborar e publicar edital de chamamento público para credenciamento, em conformidade com o art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I – condições padronizadas de contratação e requisitos de habilitação;
- II – valor unitário de referência por atendimento;
- III – critérios objetivos de convocação e distribuição da demanda;
- IV – hipóteses de descredenciamento e sanções aplicáveis;
- V – prazo de vigência do credenciamento.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

11.1. Não foram identificadas contratações correlatas indispensáveis, uma vez que os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços são de responsabilidade do credenciado.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Os impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência são considerados de baixa significância, tendo em vista tratar-se de serviço de pequena complexidade, executado de forma pontual e com reduzida geração de resíduos.

10.2. Não obstante, identificam-se os seguintes resíduos passíveis de geração durante a prestação do serviço:

- I – resíduos comuns: cabelos, pelos e papéis;
 - II – resíduos perfurocortantes: lâminas de barbear, navalhas descartáveis e similares;
 - III – resíduos recicláveis: embalagens plásticas de produtos utilizados (quando aplicável).
- 10.2.1. O credenciado deverá observar as seguintes práticas de descarte e manejo de resíduos:
- I – acondicionar os resíduos perfurocortantes (lâminas, navalhas) em recipiente rígido, resistente à punctura, devidamente identificado, conforme RDC ANVISA nº 222/2018 e normas sanitárias vigentes;
 - II – realizar a segregação dos resíduos na fonte geradora, separando resíduos comuns, recicláveis e perfurocortantes;
 - III – providenciar a destinação final adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária aplicável;
 - IV – manter o ambiente de atendimento limpo e higienizado durante e após a execução dos serviços.

12. SUSTENTABILIDADE

12.1. As exigências de sustentabilidade previstas neste item fundamentam-se:

- I – no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, que consagra o desenvolvimento nacional sustentável como diretriz das contratações públicas;
- II – no Decreto Estadual nº 21.264, de 20 de setembro de 2016, como referência de boas práticas para a aplicação de diretrizes de sustentabilidade no âmbito da Administração Pública;
- III – nas normas sanitárias vigentes aplicáveis aos serviços de estética e embelezamento, em especial a Nota Técnica nº 2/2024/SEI/GGTES/DIRE3/ANVISA, bem como demais normas sanitárias federais, estaduais e municipais pertinentes.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

13. AMOSTRAS

13.1. Não se aplica a apresentação de amostras para o presente credenciamento, tendo em vista que o objeto consiste em prestação de serviço de execução imediata, cuja qualidade será aferida durante a fiscalização da execução contratual.

13.2. A verificação da aptidão técnica do credenciado será realizada por meio da análise da documentação de habilitação exigida no edital de chamamento público.

14. GARANTIAS

14.1. Não será exigida garantia contratual para o presente credenciamento, considerando:

I – o baixo valor unitário dos serviços;

II – a baixa complexidade e o baixo risco inerente ao objeto, de escopo padronizado e executado por atendimento;

III – o pagamento condicionado à efetiva execução e atesto dos serviços.

14.2. A dispensa de garantia não afasta as responsabilidades do credenciado decorrentes da execução do serviço, nem impede a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 1.559/2024, do edital de credenciamento ou termo equivalente.

15. SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência, total ou parcial, devendo o objeto ser executado diretamente pelo credenciado.

16. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. Obrigações do credenciado/contratado:

16.1.1. Executar o objeto em conformidade com este Termo de Referência, o edital de credenciamento e instrumentos correlatos, sem subcontratação, cessão ou transferência do objeto.

16.1.2. Prestar os atendimentos de acordo com o escopo padronizado: corte de cabelo simples (unisex), incluindo, quando aplicável, aparo de barba simples e lavagem simples para higienização básica, observadas as vedações de procedimentos químicos e serviços estéticos não previstos.

16.1.3. Disponibilizar, às suas custas, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução (ex.: tesouras, pentes, capas, máquinas, lâminas descartáveis, borrifadores e demais utensílios de uso profissional).

16.1.4. Observar boas práticas de higiene e biossegurança, incluindo limpeza/esterilização de instrumentos, uso de itens descartáveis quando cabível e descarte adequado de resíduos, conforme normas sanitárias aplicáveis.

16.1.5. Atender prontamente às solicitações e orientações da Administração inerentes ao objeto, inclusive quanto a registros mínimos, relatórios e controles de execução.

16.1.6. Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES e o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, os motivos que impossibilitem o cumprimento da agenda/cronograma pactuado, para reprogramação e/ou convocação de outro credenciado.

16.1.7. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, preservando as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, apresentando comprovações quando solicitadas.

16.1.8. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos decorrentes da execução (tributos, encargos fiscais, deslocamento, materiais, insumos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

16.1.9. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução que possa comprometer o serviço ou o atendimento ao público.

16.1.10. Responder integralmente por danos, perdas e prejuízos que causar à Administração ou a terceiros, por ação ou omissão, dolo ou culpa, sua ou de seus prepostos, bem como por eventuais ocorrências/acidentes decorrentes da execução do serviço.

16.1.11. Caso a execução ocorra em unidade pública, zelar pelos equipamentos, mobiliários e instalações disponibilizados pelo Município, respondendo por dano comprovadamente causado por uso inadequado ou negligência.

16.1.12. Emitir Nota Fiscal com o CNPJ e descrição do serviço idêntica à prevista neste Termo de Referência e na Nota de Empenho, indicando dados bancários para pagamento, bem como informar alíquotas/isenções e apresentar declarações exigíveis, quando cabível, conforme legislação vigente.

16.1.13. É expressamente vedada qualquer cobrança, direta ou indireta, dos serviços aos usuários atendidos, sob qualquer justificativa, título ou pretexto.

16.2. Obrigações do contratante:

16.2.1. Prestar informações e esclarecimentos necessários ao desempenho da execução, definindo agendas, locais e fluxos de atendimento, inclusive critérios operacionais de acesso/encaminhamento do público-alvo.

16.2.2. Empenhar os recursos necessários e efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, conforme este Termo de Referência e a ordem cronológica das exigibilidades, quando aplicável.

16.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, registrando ocorrências e adotando as medidas cabíveis.

16.2.4. Notificar previamente o credenciado/contratado quando da apuração de ocorrências e eventual aplicação de sanções administrativas, assegurando contraditório e ampla defesa.

16.2.5. Providenciar o atesto dos serviços, com base nos registros de execução, e manter os controles necessários para rastreabilidade e conformidade do pagamento.

16.2.6. Reter os tributos incidentes, quando cabível, nos termos da legislação vigente.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

17.1. Após a execução do serviço, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidadas, observando -se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

17.2. A Secretaria solicitante efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação abaixo elencadas, para verificar se contratada mantém todas as condições jurídicas que a habilitaram no certame, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa:

a) Nota fiscal;

b) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);

c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);

d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

17.3. As certidões elencadas nas alíneas "c" a " e " serão aceitas se apresentadas na forma "positiva com efeito negativa".





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

17.4. As Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 2 (duas) vias, devem conter no corpo delas a descrição dos serviços, o número do empenho e o número da Conta Bancária da Contratada para pagamento.

17.5. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.

17.6. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

18. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

18.1 A fiscalização será exercida por servidor, formalmente designado para o acompanhamento da execução das aulas, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

18.2 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

18.2.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

18.2.2 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto do CREDENCIADO as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

18.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

18.4 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

18.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela credenciada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;

18.6 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Constatada a inveracidade de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

a) Impedimento efetuar o Contrato, se concluída a fase licitatória;

b) Cancelamento do Contrato;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

e) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

f) Advertência;

g) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento;

h) Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.

i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 5 (cinco) anos;

j) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

19.2. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

19.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal Nº 14.133/21, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

20. DO REAJUSTE DE PREÇOS

20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.2. Ressalvado nas condições no Art. 82 § 5º inciso IV, atualização periódica dos preços registrados. Poderá ser solicitado à revisão de preços, a qual objetiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, mediante solicitação por escrito, fundamentada, comprovada e protocolada na repartição de protocolo da Prefeitura encaminhado ao setor demandante do Pedido de Empenho ou encaminhado via E-mail da licitação.

20.3. Será permitido o reajuste do contrato a ser firmado, contado da data limite para a apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, devendo ser apresentada a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos (preços dos insumos, equipamentos e materiais), devidamente justificada/comprovada, para análise e manifestação do Contratante, obrigatoriamente, quando existente, o preço praticado em contratações da própria Administração Municipal, considerados eventuais reajustes, repactuações e reequilíbrios concedidos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame, ou desde o último reajuste, repactuação ou reequilíbrio, até a data da pesquisa de preços;

20.4. No preço cotado já deverão estar incluídos: impostos, contribuições, taxas, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes.

21. DO CONTRATO

21.1. O contrato terá prazo de vigência de 12 meses a partir da sua assinatura, podendo haver prorrogação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

21.2. A credenciada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para efetuar a assinatura do contrato, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que justificado e autorizado, o atraso injustificado acarretará em sanções prevista na lei nº 14.133/2021.

21.3. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da Lei Federal Nº 14.133/21 e da Lei Municipal Nº 1.559/2024.

22. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

22.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **CREDENCIAMENTO, POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

23. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

23.1. Com base no levantamento de mercado, a solução mais adequada para o presente objeto é a realização de **CHAMAMENTO PÚBLICO**, visando ao **CREDENCIAMENTO** de profissionais para a prestação de **SERVIÇOS DE PROFISSIONAL CABELEIREIRO**, conforme demanda da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

24. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04.000	ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE	04.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNCIONAL	8.122.12	PROGRAMA GESTÃO INTEGRADA DE APOIO – SEMDES
PROJETO/ATIVIDADE	2073	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Nº DA DESPESA	330	
NATUREZA DE DESPESA	3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
RECURSO	1.500.0000.0000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

25. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

25.1 A contratação deverá ser realizada com **Pessoa Jurídica**, admitindo-se **Microempreendedor Individual (MEI)**, **Empresário Individual (EI)**, **Sociedade Empresária** e **Sociedade Simples**, desde que possuam **CNPJ ativo** e **atividade econômica compatível com serviços de profissional cabeleireiro**. Para fins de habilitação jurídica, o interessado deverá apresentar o respectivo ato constitutivo/registro conforme sua natureza jurídica, tais como:

- a) Cartão do CNPJ com comprovante de situação cadastral ativa;
- b) Ato constitutivo, conforme a natureza jurídica:
 - I. MEI (Microempreendedor Individual): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
 - II. Empresário Individual (EI): Requerimento de Empresário com registro na Junta Comercial;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

III. Sociedade Empresária: Contrato Social e suas alterações, ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial;

IV. Sociedade Simples: Contrato Social e suas alterações, registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

c) Documento de identificação do(s) sócio(s) ou representante legal.

25.2. Documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão Conjunta PGFN/RFB, abrangendo tributos federais e contribuições previdenciárias);

b) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011);

e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, quando aplicável.

25.3 Documentos de Qualificação Técnica:

a) Comprovação de que o responsável (sócio, titular ou profissional vinculado) possui formação profissional como cabeleireiro, mediante:

I. Certificado de curso profissionalizante na área;

II. Diploma ou certificado de curso técnico em estética capilar ou similar;

III. Declaração de conclusão de curso emitida por instituição de ensino profissionalizante;

IV. Outro documento idôneo que comprove a qualificação profissional.

b) Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na execução de serviços de cabeleireiro, em nome da empresa ou do responsável técnico, mediante:

I. Notas fiscais de serviços prestados;

II. Contratos de prestação de serviços;

III. Ordens de serviço executadas;

III. Portfólio com registros de trabalhos realizados;

IV. Outro documento idôneo equivalente.

26. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

26.1 O credenciamento será aberto de forma contínua durante a vigência do edital, permitindo a inscrição a qualquer tempo, desde que atendidos os requisitos exigidos.

26.2 Os interessados deverão encaminhar a documentação abaixo relacionados, via e-mail para o seguinte endereço: credenciamento@montenegro.ro.gov.br **perfeitamente legíveis, preferencialment e em arquivo único**, devendo constar no assunto do e-mail: **“CREDENCIAMENTO 01/2026/PMMN/RO.”**

27. CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO DO CREDENCIADO

27.1. A classificação final dar-se-á pela ordem de entrega de documentação, de forma individual, conforme quadro a seguir, e seguindo os critérios:

27.1.1. Por ordem de recebimento da documentação enviada e habilitação de cada interessada;

27.1.2. A classificação não gera obrigação ou expectativa de contratação;

27.1.3. Nos casos necessários, será convocado a próxima colocada visando suprir a demanda e assim sucessivamente.

27.1.4. A contratação será conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária.

27.1.5. A formalização do contrato de prestação de serviços ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado de habilitação, com vigência de 12 (doze) meses.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

27.1.6. A classificação não gera obrigação ou expectativa de contratação, a qual será conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES.

28. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

28.1 Serão admitidos a participar deste credenciamento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto lícito.

28.2 Apresentem toda a documentação solicitada referente ao credenciamento.

28.3 Comproven estar devidamente registrada e licenciada para operar na prestação de serviços.

28.4 Possuam comprovação de experiência na prestação de serviços;

28.5 Não serão admitidos à participação:

28.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

28.5.2. Interessados que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitados de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

28.5.3. Os interessados que por qualquer motivo estejam declarados como inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

28.5.4. Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao órgão fiscalizador da classe ou que possuam qualquer nota desabonadora emitida pelo mesmo;

28.5.5. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

28.5.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

28.5.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

28.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

28.5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

28.6. O impedimento de que trata os itens anteriores será também aplicado ao credenciado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do credenciado

28.7. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

28.8. A vedação de que trata o item 6. estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DO DESCREDENCIAMENTO

29.1. Pela Administração Pública, sem prévio aviso, quando:

29.1.1. A credenciada deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato, edital e/ou termo de referência.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

29.1.1. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

29.1.1. A credenciada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita.

29.1.1. Fica assegurado ao credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e a submeterá ao Gestor Municipal para decisão final.

29.1.1. Ficar evidenciada a incapacidade da credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção.

29.1.1. Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES.

29.1.1. Em razão de caso fortuito ou força maior.

29.1.1. Desinteresse da Administração.

29.1.1. E naquilo que couber conforme disposto nas outras hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021.

30. CONSIDERAÇÕES FINAIS

30.1. Fica eleito o Foro da Justiça, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

30.2. Mais informações poderão ser adquiridas pelo e-mail: credenciamento@montenegro.ro.gov.br, ou telefone (69) 99944-5157, junto a Superintendência Municipal de Compras e Licitações – SUPEL, a qual irá conduzir o credenciamento, situada na A v. Juscelino Kubitschek, nº. 2272, Bairro: Setor 02, nesta cidade de Monte Negro - RO, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h30min.

30.3 Diante das informações constantes nos autos do Processo Administrativo nº 0000025.09.01-2026, conclui-se que o presente Termo de Referência estabelece parâmetros objetivos e padronizados para a contratação, por credenciamento público, de serviços de profissional cabeleireiro, garantindo atendimento gratuito ao público-alvo previsto na Lei Municipal nº 1.820/2025, com controle, fiscalização e observância dos princípios da Administração Pública.

Elaborado por:

Israel Alves Diniz Bianchi
Assessor Técnico Em Sistema De Informação
Portaria Nº 1.140, de 19 de agosto de 2021

Solicitado por:

Janete Falquembach Reveilleau
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria nº 551/GAB/2025, de 20 de maio de 2025

Autorizado por:

Ivair José Fernandes
Prefeito Municipal
Pleito 2025–2028





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO II – PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

A (Pessoa Jurídica, CNPJ, endereço, telefone) representada neste ato pelo senhor (a) (nome completo, CPF, RG, função/cargo) pelo presente, após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital de Credenciamento nº 0x/2025 da SEMDES de Monte Negro, apresenta o pedido de pré-qualificação para o credenciamento, nos termos consignados no citado ato convocatório e seus anexos, com os quais concorda plenamente.

Declara ainda que aceita os valores propostos e que se a prestar os seguintes serviços pelos profissionais indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO	NOME DO PROFISSIONAL	CPF
1	Credenciamento de profissional cabeleireiro para a execução do serviço de corte de cabelo simples, masculino e feminino, incluindo, quando aplicável, aparo de barba simples, bem como a higienização básica dos cabelos, mediante lavagem simples. o serviço será prestado sem a realização de procedimentos químicos, colorações, alisamentos, alongamentos, mechas, luzes, barbearia artística, design de barba ou quaisquer outros serviços estéticos não previstos, tais como hidratação, reconstrução, escova, prancha, modelagem ou finalizações.	XXXXXXXXX	XXXX

Na condição de proponente acima qualificado, vimos através do presente documento requerer o credenciamento para a prestação de serviços conforme edital e regulamento publicado por esta prefeitura, declarando, sob as penas da lei, que:

- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e os documentos cópias fidedignas de documentos originais;
- Qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação será informado;
- Conhece os termos do Edital de Credenciamento bem como as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com as quais concorda;
- Aceita e está de acordo com as normas e tabela de valores definidos;
- Não se encontra suspenso, nem declarada inidôneo para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o seu objeto social, como





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

registro no Conselho profissional competente, com a experiência, a capacidade instalada, a infraestrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigido;

h) Realizará todas as atividades a que se propõe.

Anexando ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento, devidamente assinada e rubricada, pede deferimento,

Local, _____ de _____ de 2026.

PESSOA FISICA / CPF / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

Legal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Pessoa Física (nome completo), inscrita no CPF sob o nº (número do CPF), sediada em (endereço completo), DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação no Edital de Credenciamento nº 01/2026 da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social de Monte Negro, que:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não foi penalizada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;
- c) A empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme inciso III do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.
- d) Tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- e) Atende ao inciso IV do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.
- f) A empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/2002.

Nos termos da Lei n. 14.133/2021 e suas alterações, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

_____, _____, _____ de _____ de 2026.

Representante Legal
(com carimbo)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO IV – CRONOGRAMA PRELIMINAR

DATA	PROCEDIMENTO
27/02/2026	Publicação do Edital de Credenciamento no PNCP
13/03/2026 à 23/03/2026	Envio de documentos para credenciamento / Impugnação do Edital
24/03/2026 à 25/03/2026	Avaliação documental
26/03/2026	Publicação do resultado parcial
27/03/2026 à 29/03/2026	Prazo de manifestação de intenção de recurso
30/03/2026	Publicação do resultado final

Este cronograma serve apenas para realizar as primeiras contratações visando o atendimento imediato, posterior aos prazos deste cronograma o edital permanecerá vigente, aceitando novos pedidos de credenciamento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO: xxx/SUPEL/2026

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026/PMMN/RO

PROCESSO: 0000025.09.01-2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO – RO, ATRAVÉS DA SEMDES DE UM LADO, E DE OUTRO A EMPRESA “_____”

Prefeitura do **MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO**, empresa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 63.761.985/0001/98, localizada na Av. Juscelino Kubitschek, nº 2272, setor 02, município de Monte Negro, Estado de Rondônia, CEP 76.888-000, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE NEGRO**, inscrita no CNPJ sob o número **14.933.419/0001-00**, localizado na Rua Castelo Branco, nº 2980, setor 01, município de Monte Negro, Estado de Rondônia, CEP 76.888-000, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor **IVAIR JOSE FERNANDES**, brasileiro, união estável, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **LOCATARIO** e o outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede à Rua _____ nº _____ Bairro _____ na cidade de _____, CEP: _____, neste ato representado por _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado **CONTRATADA** e perante as testemunhas in fine assinado, pactuam a presente Contrato cuja a celebração foi autorizado pelos despachos nos autos do Processo Licitatório nº. **0000025.09.01-2026, CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026/PMMN/RO**, doravante denominado processo e que se regerá pela Lei 14.133/21 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto o **Prestação de serviços de profissional cabeleireiro para atendimento gratuito a pessoas em situação de vulnerabilidade social, nos termos da Lei Municipal nº 1.820/2025**, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES, do Município de Monte Negro, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme descrições adiante descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Credenciamento de profissional cabeleireiro para a execução do serviço de corte de cabelo simples, masculino e feminino, incluindo, quando aplicável, aparo de barba simples, bem como a higienização básica dos cabelos, mediante lavagem simples. o serviço será prestado sem a realização de procedimentos químicos, colorações, alisamentos, alongamentos, mechas, luzes, barbearia artística, design de barba ou quaisquer	720	Serviços	R\$ 28,33	R\$ 20.397,60





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

	outros serviços estéticos não previstos, tais como hidratação, reconstrução, escova, prancha, modelagem ou finalizações.				
--	--	--	--	--	--

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 2.1. O presente instrumento vigorará de ____de ____de 202x a ____de ____de 202x, ou seja, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei Nº 14.133/21.
- 2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR

- 3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços homologados no Processo de Licitação Nº 0000025.09.01-2026 - Edital de Chamada Pública Nº 01/2026, no valor total de **(XXXXX) REAIS**.
- 3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.
- 3.3. Não havendo a utilização da quantidade total de horas/serviços contratados o Município fica desobrigado do pagamento das quantidades não utilizadas
- 3.4. O presente contrato não obriga o CONTRATANTE À utilização de quaisquer serviços mínimos mensais, os quais serão prestados somente quando necessários e solicitados, ficando o CONTRATANTE, responsável pelo pagamento mensal apenas dos serviços mensais prestados.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

- 4.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada no município de Monte Negro em dias, horários e locais definidos pela Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES de Monte Negro/RO, conforme a necessidade.
- 4.2. Em caso de haver mais de uma empresa credenciada, o município se reserva a escolha da empresa para prestação dos serviços, de forma igualitária entre todos os credenciados.
- 4.3. O Município reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, os serviços prestados, podendo punir a empresa que não atender as demandas necessárias.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

- 5.1. Após a execução do serviço, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidadas, observando -se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.
- 5.2. A Secretaria solicitante efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação abaixo elencadas, para verificar se contratada mantém todas as condições jurídicas que a habilitaram no certame, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa:
- a) Nota fiscal;
 - b) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);
 - c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
 - d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
 - e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

- 5.3. As certidões elencadas nas alíneas "c" a " " serão aceitas se apresentadas na forma "positiva com efeito negativa".
- 5.4. As Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 2 (duas) vias, devem conter no corpo delas a descrição dos serviços, o número do empenho e o número da Conta Bancária da Contratada para pagamento.
- 5.5. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.
- 5.6. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA VI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

Órgão 04.000 Assistência Social

Unidade 04.001 Fundo Municipal De Assistência Social

Funcional 8.122.12 Programa Gestão Integrada de Apoio – SEMDES

Projeto/atividade 2073 Gestão Administrativa do Fundo Mun. de Assistência Social

Nº da Despesa 330

Natureza de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica

Recurso 1.500.0000.0000 Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

- 7.1. Obrigações do credenciado/contratado:

7.1.1. Executar o objeto em conformidade com este Termo de Referência, o edital de credenciamento e instrumentos correlatos, sem subcontratação, cessão ou transferência do objeto.

7.1.2. Prestar os atendimentos de acordo com o escopo padronizado: corte de cabelo simples (unissex), incluindo, quando aplicável, aparo de barba simples e lavagem simples para higienização básica, observadas as vedações de procedimentos químicos e serviços estéticos não previstos.

7.1.3. Disponibilizar, às suas custas, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução (ex.: tesouras, pentes, capas, máquinas, lâminas descartáveis, borrifadores e demais utensílios de uso profissional).

7.1.4. Observar boas práticas de higiene e biossegurança, incluindo limpeza/esterilização de instrumentos, uso de itens descartáveis quando cabível e descarte adequado de resíduos, conforme normas sanitárias aplicáveis.

7.1.5. Atender prontamente às solicitações e orientações da Administração inerentes ao objeto, inclusive quanto a registros mínimos, relatórios e controles de execução.

7.1.6. Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES e o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, os motivos que impossibilitem o cumprimento da agenda/cronograma pactuado, para reprogramação e/ou convocação de outro credenciado.

7.1.7. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, preservando as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, apresentando comprovações quando solicitadas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

7.1.8. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos decorrentes da execução (tributos, encargos fiscais, deslocamento, materiais, insumos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir).

7.1.9. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução que possa comprometer o serviço ou o atendimento ao público.

7.1.10. Responder integralmente por danos, perdas e prejuízos que causar à Administração ou a terceiros, por ação ou omissão, dolo ou culpa, sua ou de seus prepostos, bem como por eventuais ocorrências/acidentes decorrentes da execução do serviço.

7.1.11. Caso a execução ocorra em unidade pública, zelar pelos equipamentos, mobiliários e instalações disponibilizados pelo Município, respondendo por dano comprovadamente causado por uso inadequado ou negligência.

7.1.12. Emitir Nota Fiscal com o CNPJ e descrição do serviço idêntica à prevista neste Termo de Referência e na Nota de Empenho, indicando dados bancários para pagamento, bem como informar alíquotas/isenções e apresentar declarações exigíveis, quando cabível, conforme legislação vigente.

7.1.13. É expressamente vedada qualquer cobrança, direta ou indireta, dos serviços aos usuários atendidos, sob qualquer justificativa, título ou pretexto.

7.2. Obrigações do contratante:

7.2.1. Prestar informações e esclarecimentos necessários ao desempenho da execução, definindo agendas, locais e fluxos de atendimento, inclusive critérios operacionais de acesso/encaminhamento do público-alvo.

7.2.2. Empenhar os recursos necessários e efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, conforme este Termo de Referência e a ordem cronológica das exigibilidades, quando aplicável.

7.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, registrando ocorrências e adotando as medidas cabíveis.

7.2.4. Notificar previamente o credenciado/contratado quando da apuração de ocorrências e eventual aplicação de sanções administrativas, assegurando contraditório e ampla defesa.

7.2.5. Providenciar o atesto dos serviços, com base nos registros de execução, e manter os controles necessários para rastreabilidade e conformidade do pagamento.

7.2.6. Reter os tributos incidentes, quando cabível, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. Constatada a inveracidade de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a)** Impedimento efetuar o Contrato, se concluída a fase licitatória;
- b)** Cancelamento do Contrato;
- c)** Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- d)** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;
- e)** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:
- f)** Advertência;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

- g) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento;
 - h) Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.
 - i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 5 (cinco) anos;
 - j) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 8.2. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal Nº 14.133/21, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA IX – DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 9.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.
- 9.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços **PODERÃO SOFRER REAJUSTE APÓS O INTERREGNO DE UM ANO**, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 9.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal Nº 14.133/21.

CLÁUSULA X – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 10.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- 10.2. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:
- a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal Nº 14.133/21.

10.2.1. Por acordo das partes:

- a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

10.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei Nº 14.133/21.

10.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal Nº 14.133/2021.

10.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

10.6. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

- a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;
- b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;
- c) Unilateral: quando imposta pelo **MUNICÍPIO**, sem a anuência do contratado;
- d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

10.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

- a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;
- b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;
- c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;
- d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;
- e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.8. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

10.9. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

11.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

- a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c) razões de interesse do serviço público.

11.2.1. A **CONTRATADA** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato; o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.2.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

- a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;
- c) em qualquer caso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.3. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.3.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal Nº 14.133/21;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.3.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

11.4.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.5. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.6.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do Artigo 131 da Lei Federal Nº 14.133/2021).

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do artigo 121 e alínea "b" do inciso III do artigo 139, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021); e

11.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do artigo 121 da Lei Federal n. 14.133/2021).

11.11. O contratante poderá ainda:

11.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea “c” do inciso III do artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do artigo 14 da Lei n. 14.133/2021).

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XIII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIV - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei Nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei Nº 13.709/18.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA XV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

15.1. O Gestor do Contrato e o fiscal do Contrato são servidores nomeados pela portaria 65/2026 ou a que vier substituir.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes - RO, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

16.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

16.3.

Monte Negro/RO, _____ de _____ de 2026.

IVAIR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

REPRESENTANTE DA EMPRESA

Responsável Legal

CONTRATADA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE MONTE NEGRO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

SHAYENNE MIOTO BUCARTH

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SHAYENNE MIOTO BUCARTH**, CPF: 025.32*. **2-*5 em **27/02/2026 12:03:54**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1280.6W03.2543.973U.7447**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ANDRÉ LUIS TREVIZAN - AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, CPF: 017.65*. **2-*8 em **27/02/2026 12:03:35**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12X7.1403.735U.A888.6684**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.B73.799** - Tipo de Documento: **EDITAL DE CREDENCIAMENTO**.

Elaborado por **ANDRÉ LUIS TREVIZAN**, CPF: 017.65*. **2-*8 , em **27/02/2026 - 12:03:35**

Código de Autenticidade deste Documento: 12U4.6703.5353.427R.2847

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.montenegro.ro.gov.br/verdocumento>

